

GERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO, NORMAS E PROCEDIMENTOS - GONP
CHEFIA DAS AÇÕES DE ORIENTAÇÃO - COR

BOLETIM Nº 007/2012 (Atualizado pelo Boletim nº 023/2013)	ASSUNTO: Ata de Registro de Preços
LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 34.314/2009	DATA: 16/02/2012

Vigência da Ata de Registro de Preços.

A Secretaria da Controladoria Geral do Estado – SCGE, através da Gerência de Orientação, Normas e Procedimentos – Chefia das Ações de Orientação, no exercício de sua função de orientação aos gestores, lança mão desse instrumento de veiculação para informar, quanto ao sistema de Registro de Preços, notadamente quanto à vigência da ATA, o seguinte:

O Sistema de Registro de Preços – SRP foi instituído no ordenamento jurídico através do artigo nº 15 da Lei Federal nº 8.666/1993, e foi regulamentado pelo Decreto Estadual nº 34.314/2009, alterado pelo Decreto nº 37.267/2011. Trata-se de um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, aquisição e locação de bens para contratações futuras e quando convenientes à administração. Esse sistema é formalizado por meio de uma **Ata de Registro de Preços – ARP**, que pode ser definida como um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futuras contratações, onde se registram os preços, fornecedores e prestadores de serviços, órgãos participantes e condições a serem praticadas. **Ressalte, entretanto, que essa vinculação é relativa, uma vez que a administração tem a liberdade de contratar com outros fornecedores se os preços e condições praticados no mercado forem mais favoráveis à administração.**

Consoante previsão contida na Lei Nº 8.666/1993 (artigo 15, §3º, inciso III) e no Decreto Estadual nº 34.314/2009, (artigo 5º), com alterações, a validade da **Ata de Registro de Preços não pode ser superior a um ano, já computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.** E nestas mesmas palavras foram as determinações contidas no teor do Acórdão T.C. nº 1089/11, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

É importante destacar que o prazo de validade da ata não se confunde com o prazo estabelecido no contrato. Este último deverá ser firmado no período de vigência da ARP.

A título de ilustração, imagine a seguinte situação hipotética:

Supondo que uma Ata tenha vigência até 30/01/2012, pode o interessado contratar até dia 29/01/2012 e ter seu contrato válido pelo tempo firmado. Assim é que, o vencimento do prazo de validade da ata, não implica necessariamente, em vencimento dos contratos firmados em decorrência dela; contudo, findo o prazo de vigência da ata, dela não decorrerão novas contratações.

Esta SCGE, através da Chefia das Ações de Orientação, coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos através do telefone 3183-0921.

Gerência de Orientação, Normas e Procedimentos - GONP
Chefia das Ações de Orientação - COR
SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
Rua Santo Elias 535, Espinheiro, Recife-PE - CEP: 52.020-090
Fone(PABX): (81) 31830921